



Número: **0812747-27.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **25/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.750,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WILLAMES GOMES DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
79223178	03/03/2022 16:27	<a href="#">Apelação</a>	Apelação
79227379	03/03/2022 16:27	<a href="#">RECURSO- WILLAMES GOMES</a>	Petição
79227382	03/03/2022 16:27	<a href="#">0812747.27.2020.8.20.5106 - WILLAMES GOMES DA SILVA</a>	Documento de Comprovação
79227384	03/03/2022 16:27	<a href="#">DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR (1)</a>	Documento de Comprovação
79227386	03/03/2022 16:27	<a href="#">Laudo ExtraJudicial - Willames Gomes</a>	Documento de Comprovação

em anexo





**MOSSORÓ & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**Kelly Maria Maria do Nascimento**

**Wamberto Balbino Sales**

**Rua Antônio Vieira da Sá 986**

**Aeroporto-Mossoró-RN.**

**Tel.(83)9.9622-0859**

**[balbinossegueros@gmail.com](mailto:balbinossegueros@gmail.com)**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN.**

**PROCESSO: 0812747-27.2020.8.20.5106**

**RECORRENTE: WILLAMES GOMES DA SILVA**

**RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT  
S/A**

Douto Julgador,

**WILLAMES GOMES DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS, que move contra demandada, em tramite perante este M. Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante Vossa Excelência, inconformado em parte com a r. Sentença, com fulcro nos art. 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, vem interpor

**RECURSO DE APELAÇÃO,**

Requerendo se digne Vossa Excelência, determinar o regular processamento das razões em anexo, e recebendo-o em ambos os efeitos, remetendo os autos a Instancia Superior, obedecidas às formalidades legais.

Deixa de anexar ao presente o preparo, visto que, o Recorrente, pleiteia na exordial, os beneplácitos da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Mossoró/RN, em 03 de Março de 2022

Kelly Maria M. Nascimento  
OAB/RN 7469



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

**PROCESSO: 0812747-27.2020.8.20.5106**

**RECORRENTE: WILLAMES GOMES DA SILVA**

**RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT  
S/A**

**-RAZÕES.**

**COLENDÁ CÂMARA CÍVEL,  
MM. JULGADORES,  
ÍNCLITO RELATOR.**

**WILLAMES GOMES DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, podendo ser intimado no endereço que consta no preâmbulo da inicial, vem perante Vossa Excelência, apresentar suas **Razões**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

**- EXPOSIÇÃO FÁTICA:**

O recorrente, invocou a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para receber o seguro DPVAT, onde a recorrida negam, ou, quando liquidam o processo o fazem em valores bem abaixo de determinado pelo art. 3º"b" da Lei 6.194/74, sendo que, não restam ao jurisdicionado outro caminho senão invocar a tutela do Estado, por intermédio do Poder Judiciário, para que a norma jurídica seja evidentemente cumprida.

O fato é que a demanda foi julgada "IMPROCEDENTE", onde o Juiz "a quo", firmando na prova pericial que se apresentou de forma contraditória, omissa inconclusiva, pois fere ditames legais disciplinados no art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. conforme restará plenamente demonstrado nos autos.

**-DOS MOTIVOS QUE ENSEJAM A REFORMA DA R. SENTENÇA:**

O Direito é uma ciência dialética, se transforma e altera-se em conformidade com os fatos sociais, as demandas da sociedade, se não forem observados dados técnicos, detalhes processuais, minúcias e determinações inseridas no contexto legal, podem sucumbir pleitos legítimos, onde o julgador de primeiro grau, não tem o dom da supremacia como ser humano pode perfeitamente cometer equívocos, visto que, apenas Deus, é infalível, justo e soberano em todas as coisas, pois como já diziam os romanos: "**Errare humanus est**" (Errar é próprio do homem).

Infere-se nos autos que embasado na prova pericial não restava outro caminho ao Douto Julgador, mesmo porque tratando-se de DPVAT, somente



após a juntada da prova pericial o juiz terá condições de sentença os autos. Todavia, a demanda fora julgada IMPROCEDENTE senão vejamos:

### **III - DISPOSITIVO**

**Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito.**

**Isento a parte autora do pagamento das custas processuais, tendo em vista que a mesma é beneficiária da gratuidade judiciária**

**Condeno-a ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, em conformidade com o art. 85, §2º do CPC, restando tal obrigação suspensa, a teor do que dispõe o art. 98, §3º, do CPC.**

**Com o trânsito em julgado, preste-se as informações necessárias ao COJUD, para efeito de cálculo e cobrança de eventuais custas judiciais e archive-se.**

**Publique-se. Registre-se. Intimem-se.**

**Mossoró/RN, datado eletronicamente.**

**UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES**  
**Juíza de Direito**

**(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)**

O fato é que nos autos o ponto fundamental imprescindível para o deslinde da lide, firma-se na produção da prova pericial, conforme determina o art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. Destarte, segundo a norma legal infra citada deve ser graduado quando da realização da prova a "repercussão e o dano" no seguimento ao qual encontra-se vinculado o ponto onde encontra-se fincado a debilidade.

A prova em nosso ordenamento jurídico ocupa um papel determinante no processo de conhecimento, uma vez que as meras alegações, desprovidas de elementos capazes de demonstrá-las, pouca ou nenhuma utilidade trarão à parte interessada, pois serão tidas por inexistente. Todavia, a prova produzida nos autos é absolutamente contraditória com o real estado físico do Apelante, como será amplamente reportada nos autos.

O laudo confeccionado nos autos reporta:



Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para a realização de avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Comarca de Mossoró/RN.

Mossoró/RN, 23.07.2021

William Carlos de Silva  
ASSINATURA DA PARTE AUTORA POR EXTENSO

II - Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?  
☒ Sim. ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

**II - Descrever o quadro clínico atual informado:**

**a)** qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Nos termos do art. 473 e incisos, do CPC:

**"O laudo pericial deverá conter:**

**I - a exposição** do objeto da perícia;

**II - a análise técnica** ou científica realizada pelo perito;

**III - a indicação do método utilizado**, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

**IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público."**

No prontuário médico aportado aos autos constata-se:

[illegible]

Ativa  
Acesse

**-DA CONTRA PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS.**



O Recorrente mesmo dispondo de precários recursos decidiu realizar avaliação médica por discordar da pericial realizada, visto que, prova produzida pelo profissional não retrata a situação física, real do Apelante.

Na prova realizada o douto perito descreveu realmente as sequelas advindas do acidente de trânsito, onde se constata o seguinte:

**RELATORIO MEDICO PARA AVALIAÇÃO PARA DPVAT DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**

DATA DO ACIDENTE: 25 / 07 / 2019.  
DATA DO INICIO DO TRATAMENTO: 25 / 07 / 2019.  
NOME COMPLETO DA VITIMA: WILLIAMS GOMES DA SILVA

Há lesão cuja origem seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre? ( ) SIM ( ) NÃO ( ) PREJUDICADO

1. Alta Médica? ( ) SIM ( ) NÃO

2. Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):  
ombro direito

3. As alterações (disfunções) presentes no físico da Vítima, que seja evolutivas e temporariamente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:  
Fratura do clavicula direita

O membro superior direito em face às sequelas no ombro direito constata-se a repercussão e extensão do dano nos seguintes percentuais:

**5.1 - EXTENSÃO DO DANO EM RELAÇÃO AO MEMBRO AFETADO?**  
Nos termos do art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, qual a repercussão e extensão do dano sofrido pelo pericidado em relação ao seguimento ao qual encontra-se sediado a invalidez? Lesão documentada em ombro direito, com repercussão de 25% no ombro direito, no membro acometido.

Segmento Anatômico	Percentual
Membro: <u>Superior</u>	( ) 10% Residual (X) 25% Leve ( ) 50% Médio ( ) 75% Intenso
Membro: _____	( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Médio ( ) 75% Intenso
Membro: _____	( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Médio ( ) 75% Intenso
Membro: _____	( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Médio ( ) 75% Intenso

Local: \_\_\_\_\_ Data: 20-02-2022  
Assinatura e Carimbo: Dr. Jansen Henriques  
Médico  
CRM-PB 11385

O artigo 373 do Código de Processo Civil, que atribui ao autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Em sequência, segundo as normas legais, pois o direito processual não apenas estabelece as modalidades de prova admitidas em juízo, mas também disciplina o procedimento probatório das partes a verdade dos fatos relevantes e controvertidos no processo, em razão recaem as provas, nos moldes do disposto pelo artigo 369 do Código de Processo Civil, in verbis:

"Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz".

E ainda no mesmo sentido:

O Código de Processo Civil de 2015, sobre o tema, dispõe o seguinte:



**Art. 932. Incumbe ao relator:**

***I – dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;***

**- DA PROVA DO DANO E SUA REPERCUSSÃO E EXTENSÃO DA INVALIDEZ.  
- DA DETERMINAÇÃO LEGAL.**

Ora Douto Julgador, na prova pericial o douto perito, quantificou a **“repercussão e extensão do dano”**, em relação ao seguimento ao qual encontra-se ligado no joelho esquerdo, onde as sequelas se mostram irreversíveis.

A determinação da graduação da **“repercussão e extensão do dano”**, não é mera deliberação, insatisfação do Requerente, **mas sim derivada da norma jurídica onde o legislador pátrio de forma clara, nítida impõe no art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, quantificação da debilidade no seguimento ao qual encontra-se ligado a invalidez, senão vejamos:**

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:  
(...)"

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:**

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). Grifo nossa autoria.**

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá:**

**- 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa;**





- 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão,

- 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão,

- adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais." Grifo nossa autoria.

A r. sentença, data vênua deve ser reformada visto que, o Juiz "a quo", tomou como base, parâmetro a prova pericial elaborada onde o perito graduou a debilidade em 25% (vinte e cinco por cento), estes referentes a **"extensão e repercussão do dano"** em relação ao membro inferior esquerdo" como impõe a norma jurídica sendo devida a quantificação da invalidez no: **"segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa". Destarte, não se trata de mera disposição, simples requerimento do Promovente, mas deriva de texto da lei que deve ser obedecido pela Recorrida.**

O Art. 437, do Código de Processo Civil, determina:

**"O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização da nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.**

Não obstante a legislação conceda ao juiz ampla liberdade na direção do processo, essa prerrogativa não pode se afastar dos seus limites, cerceando produção de provas, visto que, os fatos por ela alegados, são pertinentes e necessários ao deslinde da demanda realizado dentro do contencioso. Destarte, a prova pericial realizada data vênua, é contraditória, conflitante, resta claro a deficiência da perícia, retratada por um laudo lacônico, onde gradua uma invalidez apenas num seguimento não faz qualquer menção a extensão do dano, ao contrário desvinculou qualquer prejuízo dano ao Recorrente.

#### **-DO RESULTADO DA PROVA PERICIAL.**

O artigo 130 do CPC permite ao julgador, em qualquer fase do processo, ainda que em sede de julgamento da apelação no âmbito do Tribunal local, determinar a realização das provas necessárias à formação do seu convencimento, mesmo existente anterior perícia produzida nos autos.

A defesa do Apelante, vem acompanhando a realização das provas produzidas em demandas similares, alguns peritos não veem dimensionando a extensão em conformidade com a norma jurídica, apenas concentrando a invalidez num determinado seguimento preterindo a repercussão do dano em relação ao membro principal. Desta forma, a garantia constitucional relativa ao devido processo legal e aos princípios do contraditório e da ampla defesa, como bem define Cândido Rangel Dinamarco, em sua obra - (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. III, p. 48, afirma:

**"Na Constituição o direito à prova é inerência do conjunto de garantias do justo processo, que ela oferece ao enunciar os princípios do contraditório e ampla defesa, culminando por assegurar a própria observância destes quando garante a todos o due process of law (art. 5º, inc. LIV e LV)."**



Pelas considerações formuladas o STJ comunga do entendimento de ser possível aos tribunais determinarem a realização de provas até mesmo diante de casos envolvendo direitos disponíveis, conforme se depreende dos julgados colacionados, a exemplo do transcrito abaixo:

**"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES A EMBASAR A DECISÃO. INICIATIVA PROBATÓRIA DO MAGISTRADO. POSSIBILIDADE. ART. 130 DO CPC. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.(...)"**

**2. Na hipótese de perplexidade ante as provas constituídas no curso da demanda, é facultado ao magistrado determinar, de ofício, a produção de prova pericial, com vistas à formação de seu livre convencimento motivado. Inteligência do art. 130 do CPC."**( *Superior Tribunal de Justiça. AgRg no Ag N. 655.888/MG. Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA. Julgamento: 02/06/2005. Órgão Julgador: Quinta Turma. Publicação: Diário da Justiça de 22/08/2005, p. 339.*)

É fato que algumas provas dentre as quais a perícia que **"auxiliou"** o Juiz "a quo" a prolatar a r. sentença, onde data vênia de forma indubitável deve ser reformada, visto que, comprovadamente a **"contra prova"** apresenta um percentual consubstanciado na vasta prova medica acostada aos autos.

Ainda em referência a possibilidade de a instância recursal determinar a realização de provas em causas envolvendo direitos indisponíveis, destaca-se posicionamento favorável de Nelson Nery Júnior:

**"Essa atividade probatória do juiz nas ações que versam sobre direitos indisponíveis é admissível também no segundo grau de jurisdição –tanto nas causas de competência originária ou em grau de recurso –, podendo o tribunal, ex officio ou a requerimento do MP ou de qualquer das partes, determinar a realização da prova diretamente ou converter o julgamento em diligência para a realização da prova."**( *NERY JUNIOR, 2008, p. 390*).

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:

**SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.**

Dispondo sobre a estruturação do laudo pericial, o artigo 473 do Código de Processo Civil exige que o perito judicial apresente:

a) a exposição do objeto da perícia – trata-se de uma explanação clara do perito sobre os elementos que integram o objeto da perícia, inclusive destacando as principais questões a serem esclarecidas pelo trabalho pericial.

b) a análise técnica ou científica realizada – o perito deve relatar detalhadamente e através de linguagem simples como desenvolveu o trabalho técnico ou científico, de modo a permitir que o juiz, as partes e o Ministério Público compreendam todos os fundamentos que o levaram a uma determinada conclusão.



c) a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou – além de relatar a “análise técnica ou científica realizada”, deve o perito indicar e esclarecer qual método utilizou para alcançar suas conclusões, comprovando que tal metodologia é a predominantemente aceita pelos especialistas dessa área do saber.

Patente, portanto, o exame da invalidez para se apurar, com exatidão, com certeza, como ordena a Lei, o percentual da incapacidade do membro e o valor correspondente para efeito de pagamento da indenização perseguida.

Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. LAUDO PERICIAL CONTRADITÓRIO. LESÃO TRATADA COMO TEMPORÁRIA. NECESSIDADE DE TRATAMENTO CIRÚRGICO. PERMANENTE. DESCONSIDERAÇÃO DO LAUDO OFICIAL PELO JUÍZO A QUO. RETORNO AO JUÍZO DE ORIGEM. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. 1. Antes de conhecer do presente recurso, há uma questão prejudicial a ser analisada. 2. O art. 3º da Lei nº 6.194/74, (alterado pela Lei nº 11.482/07), é taxativo quando dispõe que os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada. Ocorre que o laudo pericial, realizado para fins de instrução do processo (fls. 51/53), constatou que o dano sofrido, pelo periciado, em decorrência do acidente, não teve natureza permanente, mas sim temporária, que não é indenizável. 3. No entanto, no caso em apreço, em simples análise do laudo pericial acostado às fls. 51/53, **constata-se que há respostas contraditórias e inconclusivas no parecer técnico produzida nos autos, sobretudo porque hora o expert afirma que o periciado possui uma lesão apenas temporária e hora que esse necessitaria de um tratamento cirúrgico, o que não deixa claro se a lesão é, realmente, temporária ou permanente.** 4. Assim, como a prova pericial produzida não permite um juízo seguro de convicção acerca da existência de lesão permanente, tampouco o grau suportado, a complementação da perícia é medida que se impõe. 5. O apelante alega que o juízo a quo desconsiderou o laudo oficial ao usar como fundamento informações contidas na perícia realizada pela seguradora, como a lesão temporária alegada ter sido quantificada com 75% no joelho direito, o que não ocorreu na perícia oficial, já que é dispensada a quantificação da lesão temporária, restando claro que a desconsideração do laudo oficial acostado aos autos do processo por parte do magistrado. 6. Sentença anulada de ofício. Recurso prejudicado. Apelação Cível nº 0015901-19.2017.8.06.0115. (Relator (a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE; Comarca: Limoeiro do Norte; Órgão julgador: 2ª Vara; Data do julgamento: 29/07/2020; Data de registro: 30/07/2020)."

E mais:

Segundo atual entendimento do STJ e da jurisprudência majoritária do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, determina o seguinte:

"Apelação Cível n. 2013.074493-7, de São Miguel do Oeste Relator: Des. Subst. Rubens Schulz

Ementa:



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O FEITO. IRRESIGNAÇÃO DA REQUERIDA ALEGANDO NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA PARA ATESTAR O GRAU DE INVALIDEZ. TESE ACOLHIDA INDEPENDENTEMENTE DA DATA DO ACIDENTE. RECURSO PROVIDO. **"EXISTÊNCIA DE ENTENDIMENTO PACÍFICO NO STJ NO SENTIDO DE APLICAR A GRADUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM A EXTENSÃO DA INVALIDEZ**, MESMO NOS CASOS OCORRIDOS ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI QUE INSERIU A TABELA COM OS PERCENTUAIS DE INDENIZAÇÃO. MATÉRIA OBJETO DA SÚMULA N. 474. LAUDO PERICIAL QUE, IN CASU, NÃO ESPECIFICOU A EXTENSÃO DOS DANOS PERMANENTES QUE ATINGIRAM O JOELHO ESQUERDO DA DEMANDANTE. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE PERMITAM AVERIGUAR O GRAU DA DEBILIDADE. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA PARA COMPLEMENTAR O ENREDO PROBATÓRIO E VIABILIZAR A CORRETA APRECIACÃO DA LIDE. EXEGESE DOS ARTS. 3º, § 1º, II C/C ART. 5º, § 5º DA LEI N. 6.194/74. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO DA SEGURADORA PROVIDO." (Apelação Cível n. 2012.076754-7, rela. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, julgado em 05/03/2013)."

No processo os litigantes têm direito de deduzir suas pretensões e defesas, apresentar e realizar as provas que requereram para demonstrar a existência de seu direito, em suma, direito de serem ouvidos terem as mesmas oportunidades paritariamente no processo em todos os seus termos.

**-DO REQUERIMENTO:**

Pelo exposto, com base nas razões expendidas, seja dado provimento a apelação para o fim de reformar a sentença recorrida, no sentido de ser indenizado o Apelante, tomando como base o percentual reportado na contraprova onde gradua a invalidez no membro superior direito em **25% (vinte e cinco) por cento**, sendo portanto, condenado a Recorrida nos termos do art. 85, § 8º do CPC, em R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mossoró/RN, em 03 de Março de 2022

Kelly Maria Medeiros do Nascimento  
OAB/RN 7469.





18/02/2022

Número: **0812747-27.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **25/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.750,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WILLAMES GOMES DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
71271849	26/07/2021 10:36	<a href="#">0812747.27.2020.8.20.5106 - WILLAMES GOMES DA SILVA</a>	Laudo Pericial



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE MOSSORÓ  
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA

PROCESSO Nº: 0812747-27.2020.8.20.5106

**AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

(Art. 31 da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

PARTE AUTORA: WILLAMES GOMES DA SILVA

**INFORMAÇÕES DO ACIDENTE**

DATA DO ACIDENTE: 25/07/2019

**CONCORDÂNCIA COM A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para a realização de avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Comarca de Mossoró/RN.

Mossoró/RN, 23.07.2021

Willames Gomes da Silva  
ASSINATURA DA PARTE AUTORA POR EXTENSO

**AVALIAÇÃO MÉDICA**

**II -** Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim. ☐ Não ☐ Prejudicado

**Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.**

**II -** Descrever o quadro clínico atual informado:

**a)** qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

MEMBRO DIREITO

**b)** as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

FRATURA DO CULICULO DIREITO

**III -** Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito) incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



Assinado eletronicamente por: JESSICA DA COSTA FELIX - 26/07/2021 10:36:08  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072610360852500000068038488>  
Número do documento: 21072610360852500000068038488

Num. 71271849 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:53  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275370600000075388338>  
Número do documento: 22030316275370600000075388338

Num. 79227382 - Pág. 2

IV - Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- A) ☐ Disfunções apenas temporárias;  
B) ☒ Dano anatômico e/ou funcional definitivo(sequelas);

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

REDUÇÃO DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO DO OMBRO DIREITO

V - Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim. Em que prazo: \_\_\_\_\_  
☒ Não.

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor não preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI - Segundo o previsto na Lei 11.945, de 4 de Julho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(eis) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s) especificando, segundo o anexo constante na Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

A) ☐ Total - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima);

B) ☒ Parcial - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

B.1 ☐ - Parcial Completo - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima);

B.2 ☒ - Parcial Incompleto - (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima);

B.2.1 - Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º, do art. 3º da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo art. 31, da lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico Marque aqui o percentual

1ª Lesão: OMBRO DIREITO ☒ 10% residual ☐ 25% leve ☐ 50% média ☐ 75% intensa

2ª Lesão: ☐ 10% residual ☐ 25% leve ☐ 50% média ☐ 75% intensa

3ª Lesão: ☐ 10% residual ☐ 25% leve ☐ 50% média ☐ 75% intensa

4ª Lesão: ☐ 10% residual ☐ 25% leve ☐ 50% média ☐ 75% intensa

**OBSERVAÇÃO:** Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ASSINATURA E CARIMBO:  
Dr. Danilo L. de Paiva  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM/RN 6906 RQE 3404  
MÉDICO PERITO - CRM

Mossoró/RN, 27, 07, 21

Fabiano Dantas da Convalho  
Ortopedia e Traumatologia  
TEO: 15176  
CRM/RN: 6672  
ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LIDER - CRM



Assinado eletronicamente por: JESSICA DA COSTA FELIX - 26/07/2021 10:36:08  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21072610360852500000068038488>  
Número do documento: 21072610360852500000068038488

Num. 71271849 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:53  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275370600000075388338>  
Número do documento: 22030316275370600000075388338

Num. 79227382 - Pág. 3



18/02/2022

Número: **0812747-27.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **25/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.750,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WILLAMES GOMES DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59110329	25/08/2020 19:24	<a href="#">DOCUMENTAÇÃO HOSPITALAR</a>	Documento de Comprovação







SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 56326 /2019

Admissão: 25/07/2019 19:38:23

CIRURGIA GERAL - VERDE

Paciente: 45627 - WILAMES GOMES DA SILVA (29 a 10 m 26 d)  
Nascimento: 30/08/1989 Natural: MOSSORO, BRASIL Sexo: M Cor: PARDA  
CNS: CPF: 07559215424 Prof: Pai: ATAMIR GOMES DA SILVA  
Mãe: RISONETE JOAO DA SILVA  
Logradouro: PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 184 Cidade: MOSSORO  
CEP: 59621100 Bairro: BARROCAS  
Telefone: Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO  
Origem: SAMU RN

Tipo: REGULADO

OBS: TRAZIDO PELO SAMU EM PROTOCOLO DE TRAUMA  
Classificação: 25/07/2019 19:34:28  
PESO:

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS
14:00	140/80		99		20	70			

#### HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: VITIMA DE COLISÃO MOTO X MOTO, ECG 15, COM PROVAVEL FRATURA DE CLAVICULA DIR, E ESCORIAÇÕES DE ARRASTO.  
Hora: 14:00

Uso de capote e nega pulso ou consciência  
SAMU encontrou o paciente sentado sem capote  
A. V. os membros superiores e inferiores  
B. M. A. nutrido e s. r. s.  
C. R. C. - 2T, B. N. F., S. M. P. R.  
D. Glasgow: 15, pupila 12mm e FR  
E. Rotura em clavícula (P)  
F. T. G. de tórax, abaulado para clavícula e costado  
I. Ovario de dor ortopédica, nel e HqB  
31.5 ou abdômen

Dra. Carolina C. N. Diógenes  
Mastologista  
CR. 10.114.965

Diagn. Inicial:

PRESCRIÇÃO:	VIA	HORÁRIO	ASSINT.
1) Dor de ombro direito			
2) Dor de costas - A. V. abeto			
3) Dor de cabeça - 2ml + 8ml (suplemento)			
4) Dor de pernas - 100mg 10ml + 100mg 10ml			
5) Dor de braços - 2ml + 8ml + 10ml + 10ml			
6) Dor de tórax - 20mg 10ml + 10ml + 10ml			
7) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
8) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
9) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
10) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
11) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
12) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
13) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
14) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
15) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
16) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
17) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
18) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
19) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
20) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
21) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
22) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
23) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
24) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
25) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
26) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
27) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
28) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
29) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
30) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
31) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
32) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
33) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
34) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
35) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
36) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
37) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
38) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
39) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
40) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
41) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
42) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
43) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
44) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
45) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
46) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
47) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
48) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
49) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
50) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
51) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
52) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
53) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
54) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
55) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
56) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
57) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
58) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
59) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
60) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
61) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
62) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
63) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
64) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
65) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
66) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
67) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
68) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
69) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
70) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
71) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
72) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
73) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
74) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
75) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
76) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
77) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
78) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
79) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
80) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
81) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
82) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
83) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
84) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
85) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
86) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
87) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
88) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
89) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
90) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
91) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
92) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
93) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
94) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
95) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			
96) Dor de tórax - 100mg 10ml + 10ml			
97) Dor de abdômen - 100mg 10ml + 10ml			
98) Dor de costas - 100mg 10ml + 10ml			
99) Dor de pernas - 100mg 10ml + 10ml			
100) Dor de braços - 100mg 10ml + 10ml			

\*SAÍDA: ( ) Decisão médica ( ) Transferido ( ) Evasão ( ) Óbito ( ) Interna: (Preencher CID, PROC)

CID Proc. Data: / /19. Hr: Médico: (Assinar e Carimbar)  
\*Gerado via SX por MARIA DO CARMO DE LIRA SILVA. Impresso em 25 de Julho de 2019.

Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 25/08/2020 19:23:40  
https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082519234010400000056737796  
Número do documento: 20082519234010400000056737796

Num. 59110329 - Pág. 1

Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:54  
https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275396600000075388340  
Número do documento: 22030316275396600000075388340

Num. 79227384 - Pág. 2

exame 21:30  
# TC de tórax (25.07.19) não apresenta nódulos  
grosseiros de pneumonia e hematórax  
no. apresenta os alvéolos.

Dra. Carolina S. N. Diogene  
Mastologista  
CRM-RN 4585

# 25/07/19 → 21:30

paciente vítima de acidente automobilístico,  
- fratura de clavícula  
- fratura de tíbia e fíbula

com seguimento ortopédico

tipia veicular

boa do t.o.

Realização do exame geral

Diego Ariel de Lima  
CRM-RN 7406  
RQE - 2804  
TED - 15487

# Cirurgia Verru, 22:08 HRS #

Paciente é avaliado. No momento, queixa-se apenas de dor  
em ombro direito por fratura de clavícula. Nega dor abdominal  
ou qualquer incômodo  
do exame, BEB, COTE; AR: MM + bilateralmente s/RA; ACV: ECR, 25, DN  
abdominal: s/ dor a palpato superficial e profunda. (Ht 189, 61kg)  
Ed. - ALTA DA CIRURGIA GERAL

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO KATA  
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORÓ 13/08/2019

Dr. Guilherme Amato  
Cirurgião Vascular  
CRM-RN 1007



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 25/08/2020 19:23:40  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082519234010400000056737796>  
Número do documento: 20082519234010400000056737796

Num. 59110329 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275396600000075388340>  
Número do documento: 22030316275396600000075388340

Num. 79227384 - Pág. 3



$z.N^0$  2201898

DADOS DA AUTORIZAÇÃO		DADOS DO BENEFICIÁRIO	
3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 27/10/77	4 - SENHA 7211	5 - DATA VALIDADE DA SENHA	6 - DATA DE EMISSÃO DA GUIA
DADOS DO BENEFICIÁRIO		9 - VALIDADE DA CARTEIRA	
7 - NÚMERO DA CARTEIRA 13712610104400110		8 - PLANO	
10 - NOME DO CONTRATADO SOLICITANTE WILSON BOUES DE SILVA		11 - NÚMERO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE	
DADOS DO CONTRATO SOLICITANTE		14 - CÓDIGO CNES	
12 - NOME DO CONTRATADO ULTRASSOM - HRF		15 - CÓDIGO CNES	
13 - NOME DO CONTRATADO Dr. João Ricardo Rolim Arseniadis		16 - CÓDIGO CNES	
17 - NOME DO CONTRATADO CRM-RN-8091-TEOT 10293		18 - UF	
19 - CÓDIGO CBOS		20 - CÓDIGO CBOS	
DADOS DO CONTRATO SOLICITADO / DADOS DA INTERNAÇÃO		21 - NOME DO PRESTADOR	
22 - NOME DO PRESTADOR		23 - TIPO DE INTERNAÇÃO	
24 - REGIME DE INTERNAÇÃO		25 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
26 - REGIME DE INTERNAÇÃO		27 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
28 - TIPO DE INTERNAÇÃO		29 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
30 - TIPO DE INTERNAÇÃO		31 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
32 - TIPO DE INTERNAÇÃO		33 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
34 - TIPO DE INTERNAÇÃO		35 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
36 - TIPO DE INTERNAÇÃO		37 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
38 - TIPO DE INTERNAÇÃO		39 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
39 - TIPO DE INTERNAÇÃO		40 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
41 - TIPO DE INTERNAÇÃO		42 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
43 - TIPO DE INTERNAÇÃO		44 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
45 - TIPO DE INTERNAÇÃO		46 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
47 - TIPO DE INTERNAÇÃO		48 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
49 - TIPO DE INTERNAÇÃO		49 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
50 - TIPO DE INTERNAÇÃO		50 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
51 - TIPO DE INTERNAÇÃO		51 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
52 - TIPO DE INTERNAÇÃO		52 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
53 - TIPO DE INTERNAÇÃO		53 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
54 - TIPO DE INTERNAÇÃO		54 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
55 - TIPO DE INTERNAÇÃO		55 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
56 - TIPO DE INTERNAÇÃO		56 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
57 - TIPO DE INTERNAÇÃO		57 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
58 - TIPO DE INTERNAÇÃO		58 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
59 - TIPO DE INTERNAÇÃO		59 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
60 - TIPO DE INTERNAÇÃO		60 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
61 - TIPO DE INTERNAÇÃO		61 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
62 - TIPO DE INTERNAÇÃO		62 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
63 - TIPO DE INTERNAÇÃO		63 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
64 - TIPO DE INTERNAÇÃO		64 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
65 - TIPO DE INTERNAÇÃO		65 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
66 - TIPO DE INTERNAÇÃO		66 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
67 - TIPO DE INTERNAÇÃO		67 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
68 - TIPO DE INTERNAÇÃO		68 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
69 - TIPO DE INTERNAÇÃO		69 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
70 - TIPO DE INTERNAÇÃO		70 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
71 - TIPO DE INTERNAÇÃO		71 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
72 - TIPO DE INTERNAÇÃO		72 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
73 - TIPO DE INTERNAÇÃO		73 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
74 - TIPO DE INTERNAÇÃO		74 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
75 - TIPO DE INTERNAÇÃO		75 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
76 - TIPO DE INTERNAÇÃO		76 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
77 - TIPO DE INTERNAÇÃO		77 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
78 - TIPO DE INTERNAÇÃO		78 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
79 - TIPO DE INTERNAÇÃO		79 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
80 - TIPO DE INTERNAÇÃO		80 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
81 - TIPO DE INTERNAÇÃO		81 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
82 - TIPO DE INTERNAÇÃO		82 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
83 - TIPO DE INTERNAÇÃO		83 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
84 - TIPO DE INTERNAÇÃO		84 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
85 - TIPO DE INTERNAÇÃO		85 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
86 - TIPO DE INTERNAÇÃO		86 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
87 - TIPO DE INTERNAÇÃO		87 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
88 - TIPO DE INTERNAÇÃO		88 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
89 - TIPO DE INTERNAÇÃO		89 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
90 - TIPO DE INTERNAÇÃO		90 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
91 - TIPO DE INTERNAÇÃO		91 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
92 - TIPO DE INTERNAÇÃO		92 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
93 - TIPO DE INTERNAÇÃO		93 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
94 - TIPO DE INTERNAÇÃO		94 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
95 - TIPO DE INTERNAÇÃO		95 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
96 - TIPO DE INTERNAÇÃO		96 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
97 - TIPO DE INTERNAÇÃO		97 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
98 - TIPO DE INTERNAÇÃO		98 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
99 - TIPO DE INTERNAÇÃO		99 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	
100 - TIPO DE INTERNAÇÃO		100 - QTD. DIÁRIAS SOLICITADAS	



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 25/08/2020 19:23:40  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082519234010400000056737796>  
 Número do documento: 20082519234010400000056737796

Num. 59110329 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:54  
<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275396600000075388340>  
 Número do documento: 22030316275396600000075388340

Num. 79227384 - Pág. 4



**SAMU  
MOSSORÓ  
192**

**Prefeitura Municipal de Mossoró  
Secretaria Municipal da Saúde  
SAMU MOSSORÓ 192**

**DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 451**

Mossoró 12 de Agosto de 2019

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que o usuário **WILLAMES GOMES DA SILVA, 29 anos. RG: 3.340.625.**

**Natureza da Ocorrência:** Acidente Automobilístico: Colisão Moto x Moto

**Data da Ocorrência:** 25/07/2019

**Local da ocorrência:** Rua: Seis de Janeiro/Santo Antônio (prox. ao sinal da Delfim Moreira)

**Viatura:** Bravo – Unidade de Suporte Básico de Vida - 02

**Hora do Chamado:** 19h 20min.

**Procedimento no Local:** Na cena, vítima foi submetida à imobilização (prancha, colar, coxim e tirantes), e foi encaminhada para a Unidade de Saúde (HRTM), conforme regulação médica do **SAMU 192 Mossoró.**

Informamos ainda que o solicitante deste documento foi: Willames Gomes Da Silva, 29 anos, portador de **RG: 3.340.625.**

Estamos à disposição para mais informações.

SILVANIA DO MONTE SANTIAGO  
DIRETORA ADM / SAMU  
MAT. 58682-1

**Silvania do Monte Santiago**  
Matrícula 58682-1  
Diretora Administrativa do **SAMU/Mossoró**

Dr. Dixon F. Medeiros Lima  
Diretor SAMU  
Mat. 405418-2  
CRM/RN 5997

**Dixon Fradik Medeiros Lima**  
Matrícula 405418-3  
Diretor Geral do **SAMU/ Mossoró**

**SAMU – Mossoró**  
Rua: Seis de Janeiro, 509 – Santo Antonio – CEP: 59611-070 – Mossoró - RN  
Tel / FAX: (0xx-84)3315-4915  
e-mail: [samumossoro@hotmail.com](mailto:samumossoro@hotmail.com)



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 25/08/2020 19:23:40  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082519234010400000056737796>  
Número do documento: 20082519234010400000056737796

Num. 59110329 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 03/03/2022 16:27:54  
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22030316275396600000075388340>  
Número do documento: 22030316275396600000075388340

Num. 79227384 - Pág. 5



**RELATORIO MEDICO PARA AVALIAÇÃO PARA DPVAT DE INVALIDEZ PERMANENTE  
(TOTAL OU PARCIAL)**

DATA DO ACIDENTE: 25 / 07 / 2019.

DATA DO INICIO DO TRATAMENTO: 25 / 07 / 2019.

NOME COMPLETO DA VITIMA: WILTON GOMES DA SILVA

Há lesão cuja origem seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre? ( ) SIM ( ) NÃO ( ) PREJUDICADO

1. Alta Médica? ( ) SIM ( ) NÃO

2. Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

ombro direito

3. As alterações (disfunções) presentes no físico da Vitima, que seja evolutivas e temporariamente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:

Fratura do clavicula direito

Segundo o exame médico, pode-se afirmar que o quadro clínico curso com:

( ) Disfunções Temporárias

(X) Dano anômico e/ou funcional definitivo(sequelas)

Quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que seja(m) mais suscetível(ies) a tratamento como sendo gerada(s) de dano(s) anômico(s) e ou funcional(is) definitivo(s) especificando, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s).

Parcial Incompleto

Qual o grau de incapacidade definitiva da vítima correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido?

25%.

Existe ainda tratamentos, procedimentos cirúrgicos a serem realizados no periciado?

( ) - SIM (X) - NÃO.

**5.1 - EXTENSÃO DO DANO EM RELAÇÃO AO MEMBRO AFETADO?**

Nos termos do art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, qual a repercussão e extensão do dano sofrido pelo periciado em relação ao seguimento ao qual encontra-se sediado a invalidez? Não abrangido em ombro direito, com repercussão de 25% no ombro direito, no membro acometido.

**Segmento Anatômico**

**Percentual**

Membro: Superior ( ) 10% Residual (X) 25% Leve ( ) 50% Médio ( ) 75% Intenso

Membro: \_\_\_\_\_ ( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Médio ( ) 75% Intenso

Membro: \_\_\_\_\_ ( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Médio ( ) 75% Intenso

Membro: \_\_\_\_\_ ( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Médio ( ) 75% Intenso

Local:

Data:

20-02-2022

Dr. Jansen Henriques  
Médico  
CRM-PB 11385

Assinatura e Carimbo

